

Rivalidade Geopolítica e Políticas de Desenvolvimento na Era Vargas (1930-1950)

*Geopolitical Rivalry and Development Policy
in the Vargas Era (1930-1950).*

RICARDO ZORTÉA VIEIRA*

RESUMO: O objetivo deste artigo é demonstrar o impacto da rivalidade geopolítica regional sul-americana sobre o desenvolvimentismo brasileiro. No começo do século XX, oficiais do Exército formularam um paradigma militar que associava a defesa contra a Argentina com a centralização política e a industrialização. Após a Revolução de 1930 esse pensamento desenvolvimentista geopoliticamente orientado se tornou referência no Alto-Comando do Exército que, utilizando a nova posição do Exército na política nacional, converteu-se em patrocinador político decisivo de iniciativas de desenvolvimento na área da petroquímica, siderurgia e transportes. A geopolítica regional foi assim uma das variáveis-chave do início do desenvolvimentismo brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimentismo brasileiro; geopolítica; Era Vargas; Exército brasileiro.

ABSTRACT: This paper's aim is to demonstrate how South American regional rivalry influenced Brazilian developmentalism. During the early years of the XXth century, Army officers created a military paradigm which associated the defense against Argentina with the need for political centralization and industrialization. With the Revolution of 1930 this geopolitically-oriented developmental thought became a tenet for the Army High Command which, using the Army's new position in national politics, decisively backed development initiatives in the petrochemical, steel and transportation sectors. Regional geopolitics was, therefore, one of the key variables at the onset of Brazilian developmentalism.

KEYWORDS: Brazilian developmentalism; geopolitics; Vargas Era; Brazilian Army.

JEL Classification: N46; O25.

* Professor do Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro/RJ, Brasil. E-mail: ricardozortea2@gmail.com. Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-9457-3384>. Submetido: 16/Julho/2019; Aprovado: 13/Fevereiro/2020.

INTRODUÇÃO

A relação entre o conflito interestatal, ou a geopolítica, e o desenvolvimento econômico das nações tem longa história na economia política. William Petty propôs pioneiramente o conceito de excedente como sendo gerado por tributos e aplicado para promover a melhora da eficiência do sistema econômico de forma a pagar pelos custos da guerra (Petty 1983; Padula & Fiori 2019). Adam Smith (1776:1988) entendeu que a principal tarefa da Economia Política era ampliar os recursos à disposição do soberano, e que a principal tarefa deste era a defesa nacional. Alexander Hamilton (1791) por sua vez formulou um sistema de proteção e incentivo estatal à industrialização dos Estados Unidos como parte da sua estratégia para a defesa do novo país contra seus adversários internos e externos. Finalmente, Friedrich List (1841:1983) entendeu que a promoção do desenvolvimento garantia ao Estado os elementos necessários à sua defesa, e Alexander Gerschenkron (1962) apontou nos seus estudos históricos que a industrialização de diversos países, como Rússia e Itália, seguia ritmos cíclicos ditados por ameaças geopolíticas. Não por acaso, portanto, Max Weber (1999) interpretava o desenvolvimento como mais uma forma de luta pela dominação entre os Estados. Por outro lado, o próprio Estado moderno, como argumentaram Charles Tilly (Tilly 1996; Rasler & Thompson 2012; Ertman 1997) e outros, é produto de uma milenar disputa geopolítica e bélica no continente europeu e fora dele. Finalmente, José Luís Fiori (2004, 2007, 2008) formulou uma visão de sistema interestatal no qual os monopólios, a tributação e a dívida pública apoiam e são apoiadas pelas conquistas militares dentro da estratégia dos Estados nacionais vitoriosos na disputa pelo poder global.

Dentro desse contexto de vinculação estreita entre disputa pelo poder e acumulação de riqueza, a julgar pelas explicações dominantes, a América Latina aparece como uma grande exceção. Miguel Centeno (2002) argumentou que nesse continente o inimigo do Estado estava dentro do seu próprio território, e assim os conflitos geopolíticos interestatais que motivaram a criação do Estado europeu estavam largamente ausentes. Para Centeno, essa é a explicação de porque o Estado latino-americano é débil comparado aos seus pares do Atlântico Norte.

Na dimensão econômica, por sua vez, a noção de que o conflito na América Latina seria quase que totalmente interno permitiu que variáveis estratégico-militares ou político-externas fossem em grande medida desconsideradas pelo debate sobre o desenvolvimento econômico. Assim, a reconstrução das tradições de pensamento que teriam embasado o “desenvolvimentismo” brasileiro entre os anos 1930 e 1980 apontam sobretudo para teses estritamente econômicas. Pedro Fonseca (2012) argumenta que o desenvolvimentismo se originou de quatro correntes de pensamento focadas na crítica ao paradigma econômico dominante no pré-1930, que negava a participação estatal na economia, seja como protetor do mercado doméstico seja como indutor de processos de industrialização. Ricardo Bielschowsky (1988), por sua vez, entende que Roberto Simonsen foi o pioneiro do desenvolvimentismo brasileiro, sendo sua preocupação basicamente social (a redução da

pobreza) e seu objetivo, como também era o caso das tradições reconstituídas por Fonseca, a legitimação da intervenção do Estado na economia.

Para além da dimensão do pensamento que deu origem ao desenvolvimentismo, e passando às variáveis políticas, a literatura aponta sobretudo também os elementos internos. Assim, seriam mudanças na estrutura das classes sociais, e sobretudo a ascensão de uma burguesia industrial (seja ela nacionalista ou dependente; revolucionária ou associada aos antigos estratos privilegiados) que levariam aos programas de industrialização do pós-1930 (Sodré 1967; Cardoso & Faletto 1969:2004; Weffort 1978; Draibe 1985). Finalmente, dentro da teoria estruturalista, as políticas de industrialização não dependem nem mesmo da estrutura de classe, e são uma resposta ao estrangulamento externo, ou seja, a redução da capacidade para importar, que vigorou após a crise de 1929 (Furtado 1958:1963; Tavares 1963).

Divergindo das perspectivas dominantes, Fiori (2014) sugere que os processos de desenvolvimento econômico e fortalecimento institucional da Argentina e do Brasil durante os séculos XIX e XX foi, de modo análogo àquele observado no centro do sistema interestatal capitalista, baseado sobre rivalidades interestatais. O objetivo deste artigo é, explorando essa linha de análise, sustentar empiricamente que o desenvolvimentismo brasileiro na “Era Vargas” entre 1930 e 1945 teve suas origens não somente na discussão econômica ou nos interesses de classe, ou mesmo como uma resposta automática ao choque externo, mas sim sobretudo na disputa geopolítica regional no Cone Sul, tendo como protagonistas o Brasil, a Argentina e os Estados Unidos. Assim, inicialmente será apresentado um breve histórico da rivalidade regional Brasil-Argentina entre os séculos XIX e XX, e como essa rivalidade impactou sobre o pensamento geoestratégico brasileiro, eventualmente levando a uma conexão entre a necessidade de defesa contra Buenos Aires e um conjunto completo de programas de desenvolvimento econômico. Na segunda parte será analisada como a rivalidade Brasil-Argentina permaneceu como elemento central das relações internacionais do Cone Sul nos anos 1930 e 1940, quando os dois Estados buscavam a hegemonia regional. Tal rivalidade, por sua vez, empurrou o Brasil para uma aliança com os EUA, elemento que se tornaria uma peça-chave da viabilização do desenvolvimento brasileiro, sobretudo em um contexto de forte estrangulamento externo. Finalmente, na terceira seção será apresentada a conexão direta entre a disputa geopolítica regional e as principais iniciativas de desenvolvimento econômico entre 1930 e 1950.

RIVALIDADE REGIONAL BRASIL-ARGENTINA, O PENSAMENTO GEOESTRATÉGICO BRASILEIRO E AS RAÍZES DO DESENVOLVIMENTISMO

Entre as Guerras da Cisplatina (1825-1828) e a Guerra do Prata (1852), a elite diplomática e militar brasileira passou a entender a Argentina como uma das ameaças principais ao Estado brasileiro (Doratioto 2014). Tal noção de ameaça seria ampliada na República Velha com a perda da preponderância brasileira na

América do Sul em virtude da redução do seu efetivo militar, a destruição parcial da Marinha na Revolta da Armada, a descentralização republicana e as recorrentes crises financeiras externas, ao mesmo tempo que a Argentina passava por uma forte expansão territorial, militar e econômica (Smith 1991; Bandeira 2010; Gravil 1985; Heinsfeld 2015).

As elites diplomáticas e militares brasileiras logo reagiram a esse estado de coisas. No Itamaraty, Salvador da Mendonça iniciou uma aproximação com os Estados Unidos, depois consolidada pelo Barão do Rio Branco, apoiado na disputa entre Washington e Londres pela liderança na América do Sul e na proximidade entre Argentina e Inglaterra. No Exército foi iniciado um esforço de modernização, com a criação do Estado-Maior do Exército em 1896 e o envio de oficiais para treinamento na Alemanha entre 1906 e 1910. Na volta ao Brasil, alguns desses oficiais, e outros formados na Academia de Guerra de Porto Alegre, criaram um periódico especializado chamado de *A Defesa Nacional* (ADN). Nos anos seguintes, oficiais decisivos para a história do desenvolvimentismo brasileiro participaram da ADN, entre eles Bertholdo Klinger, Euclides Figueiredo, Estevão Leitão de Carvalho, Humberto Castello Branco, Eurico Dutra, Mario Travassos, Góes Monteiro, Emílio Medici e Orlando Geisel (Vieira 2015).

No que tange à política internacional, as páginas da ADN retratam a posição de que a Argentina era a principal ameaça ao Brasil. Assim, considerava-se o sul a zona estratégica decisiva para o Brasil, ao mesmo tempo em que existiria a possibilidade de um cerco hispânico ao país comandado desde Buenos Aires e apoiado sobre o expansionismo econômico argentino. Ademais, uma guerra aberta seria um risco real tendo em vista as ações do país vizinho, que incluíam a criação de uma indústria aeronáutica e a compra de material bélico em geral. Os oficiais ligados à ADN ainda consideravam que, nos anos 1920, a Argentina tinha superioridade naval, aérea e terrestre sobre o Brasil (Vieira 2015).

A forma como os militares brasileiros responderiam ao desafio argentino foi fortemente influenciada pelo pensamento estratégico alemão da época. De acordo com o general Colmar Von Der Goltz, inovações como o telégrafo e a ferrovia permitiram transformar os países em verdadeiras “Nações em Armas”, ou seja, integralmente mobilizadas para a guerra, incorporando a população civil no Exército ou na indústria bélica (Creveld 1991). A tese da Nação Armada, adotada pela ADN, era próxima da noção de Guerra Total depois sistematizada pelo general Erich Von Ludendorff. O militar alemão rompe com a tradição clausewitziana de subordinação da guerra à política. Isso porque, como a política internacional seria uma luta social-darwinista pela sobrevivência no qual os mais fortes prevaleciam e os mais fracos eram destruídos, e o esforço de guerra moderno envolve todas as dimensões da vida social, a política deve se submeter aos requerimentos estratégicos (Honig 2011).

A incorporação da ideia de Nação Armada pelos oficiais ligados à ADN levou logicamente à necessidade de reformar o sistema político e econômico do país para viabilizar a defesa nacional. Na dimensão política, isso significava a construção de um Estado orgânico, no qual todos os recursos do país pudessem ser mobi-

lizados para a guerra. Tal projeto, todavia, era frustrado pelos interesses particularistas que dominavam a República, especialmente os de cunho regional, representados pela classe dos bacharéis e, sobretudo, pelas forças públicas estaduais. Seriam esses elementos que primeiro tentaram boicotar o fortalecimento do Exército, para depois impedir a organização nacional como um todo segundo os objetivos da defesa nacional. Para vencê-los, requeria-se que o Exército fosse internamente unificado e disciplinado, de modo a ter força suficiente para se impor ante os interesses civis. A materialização da ambição política do Exército de criar um Estado orgânico tutelado pelos militares seria, na visão da ADN, a instituição de um Conselho de Defesa Nacional, no qual a maioria dos membros seria de representantes do Alto-Comando das Forças Armadas (Vieira 2015).

A tutela militar, entretanto, não era um fim em si mesmo, mas uma forma de fortalecer a defesa nacional, que, como Goltz e Ludendorff colocaram, dependia na era moderna de uma forte infraestrutura de apoio econômica ao esforço de guerra. Espelhando-se nas experiências dadas pelas guerras do século XIX e pela I Guerra Mundial, a ADN propôs uma nova política de incentivos à implantação de ferrovias que obedecessem aos critérios estratégicos militares, e que podia incluir a construção de ferrovias diretamente pelo governo em caso de desinteresse do setor privado.

No caso da indústria, o centro das atenções dos oficiais da ADN foi a siderurgia, vista como essencial para a autonomia do país no fornecimento de munições e peças de artilharia, novamente tendo como pano de fundo a ameaça argentina. Como colocou um editorial da revista de 1917:

“O fabrico do aço, á parte o que representa como factor de riqueza econômica, encerra um dos elementos primordiales na organização da defeza nacional. Só o facto de entrarmos no numero das nações productoras do valioso metal, nos daria certa ascendência sobre a marcha evolutiva, que tanto nos preocupa, de alguns paizes visinhos.” (ADN [1917] “Pelo porvir e para os vindouros”. Editorial. *A Defesa Nacional* 4 [46], p. 317)

Além da indústria siderúrgica, os oficiais da ADN propuseram também a implantação das indústrias química, elétrica, automotiva e aeronáutica. Para tanto, era necessário que fossem editadas políticas de incentivo ao setor industrial, que incluíam medidas como isenções fiscais à indústria, licenças para importação de equipamento industrial, contratos especiais de compra de bens industriais pelo Estado e proteção alfandegária. Finalmente, os militares também defendiam ser necessária a autarquia industrial não só para suprir o próprio Exército, mas toda a população civil em caso de guerra, situação no qual o abastecimento através de importações poderia ser interrompido (Vieira 2015).

O paradigma da centralização política apoiada no Exército e da industrialização como etapa de preparação para a guerra elaborado na ADN era abraçado por oficiais associados aos principais movimentos militares do período. Os “tenentes” foram estudantes da “Missão Indígena” de oficiais ligados à ADN que reorganiza-

ram a Academia Militar do Realengo nos anos 1910. A Revolução de 1930, por sua vez, teve como comandante militar o tenente-coronel Pedro Aurélio de Góes Monteiro, ligado à revista e que depois teria uma contribuição própria ao pensamento militar brasileiro. Góes, por sua vez, lideraria um processo de reforma e fortalecimento do Exército nos anos 1930 que contaria com o apoio de oficiais associados à revista, como Estevão Leitão de Carvalho, editor da ADN, e o próprio futuro marechal e presidente Eurico Dutra. Finalmente, o pai da geopolítica militar brasileira e futuro instrutor-chefe da ECEME fora também um editor da publicação. Com esses quadros no governo no pós-1930 é que o país ingressará em um processo de industrialização puxado pela necessidade de preparação para a guerra e de contenção das ameaças geopolíticas principais percebidas, especialmente aquelas associadas à Argentina.

O TRIÂNGULO ESTRATÉGICO BRASIL-ARGENTINA E ESTADOS UNIDOS NOS ANOS 1930 E 1940 E O DESENVOLVIMENTISMO BRASILEIRO

Os militares revolucionários que assumiram o poder em 1930 possuíam uma clara concepção geopolítica focada na ameaça argentina. De acordo com Mário Travassos, antigo editor-chefe da ADN e depois instrutor-chefe da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), a Argentina buscava fortalecer sua dominação sobre a Bacia do Rio da Prata e atingir a “vertente pacífica” do continente sul-americano através de ligações ferroviárias entre Buenos Aires e Assunção, Cochabamba, Valparaíso e Montevideú. O Brasil deveria se contrapor a essas iniciativas, na visão do militar brasileiro, construindo suas próprias ligações ferroviárias entre o Paraguai, e, sobretudo, a Bolívia, e o litoral brasileiro, fornecendo a esses países alternativas ao porto de Buenos Aires (Travassos 1938).

Mário Travassos provê uma sistematização geopolítica de um pensamento dominante no Alto-Comando brasileiro à época. Assim, no relatório ao Conselho Superior de Guerra¹, órgão que congregava os generais do Exército, o general Valdomiro Lima sustenta, em 1936, que o maior perigo à segurança nacional brasileira é uma invasão argentina. Tal operação militar envolveria um “movimento de pinça” anfíbio, com incursões no litoral catarinense e na região de Foz do Iguaçu, tendo como objetivo final cercar e desconectar o extremo sul do restante do país. Para evitar essa tragédia, Lima recomenda que o Brasil se alie à Bolívia, aproveitando-se do apoio argentino ao Paraguai na Guerra do Chaco, e que consolide sua influência sobre La Paz através da ligação ferroviária Corumbá-Santa Cruz, como Travassos tinha proposto alguns anos antes. Entretanto, o general Lima não considerava tais iniciativas externas suficientes. Ecoando o paradigma desenvolvido pelo EME e a

¹ Valdomiro, Lima. Estudo apresentado ao Conselho Superior de Guerra. Rio de Janeiro, 1936. Arquivo Histórico do Exército.

ADN nos anos 1910 e 1920, o militar entende que só o desenvolvimento econômico poderia realmente sustentar uma defesa efetiva contra a ameaça argentina.

“A guerra moderna é feita pela Nação Armada que, a par da massa considerável de efetivos de pessoal que pode dispor, é obrigada a dispender formidável quantidade de material de toda natureza. As ciências, as artes, e as indústrias desenvolvidas nos tempos de paz devem ser totalmente mobilizadas para que possam ser colocadas à disposição das massas combatentes os recursos materiais cuja importância e variedade excedem quaisquer previsões e que as Forças Militares de antanho dispensavam ou desconheciam” (Lima, 1936, p. 29).

A criação de uma indústria e de uma economia moderna requereria na visão do Alto-Comando uma reorganização política pautada pelos requerimentos estratégicos e conduzida pelo Exército. Essa é a perspectiva exposta no livro do general Góes Monteiro *A Revolução de 30 e a Finalidade Política do Exército*. De acordo com Góes, e em uma linha idêntica à de Ludendorff, o sistema internacional é marcado por uma luta sem quartel pela sobrevivência, onde os mais fortes prevalecem e os mais fracos são submetidos. No âmbito regional, a situação era perigosa para o Brasil pois desde o fim do Império a balança de poder se colocava contra o país, devido ao descaso dos sucessivos governos com a defesa. Para remediar essa situação, Góes recomendava que o Exército deveria se fortalecer e se unificar, abolindo a política “no Exército”, para então poder impor ao Estado a “política do Exército”. Tal política, por sua vez, era focada na preparação para a guerra, que, como Mário Travassos, os relatórios do Alto-Comando e as páginas da ADN mostram, tinha como adversário central a Argentina. Entretanto, a preparação para a guerra deveria, dentro do paradigma de Nação Armada vigente, ir muito além da caserna, incorporando praticamente todos os aspectos da política nacional.

“O Exército é um órgão essencialmente político; e a ele interessa, fundamentalmente, sob todos os aspectos, a política verdadeiramente nacional, de que emanam, até certo ponto, a doutrina e o potencial de guerra. A política geral, a política econômica, a política industrial e agrícola, o sistema de comunicações, a política internacional, todos os ramos de atividade, da produção e da existência coletiva, inclusive a instrução e a educação do povo, o regime político-social – tudo, enfim afeta a política militar de um país” (Góes Monteiro, s/d, p. 80).

Nos anos seguintes à Revolução, a noção de ameaça argentina desenvolvida no Exército, e pelos oficiais ligados à ADN em particular, seria reforçada pelos principais acontecimentos da geopolítica regional. Logo em 1932 a Argentina utilizou sua clara vantagem econômica, naval, aérea e terrestre sobre o Brasil para apoiar o Paraguai na guerra do Chaco contra a Bolívia, fornecendo a Assunção equipamento, armamento, informações estratégicas, dinheiro, e bloqueando

várias tentativas do Brasil e dos Estados Unidos em atuarem como mediadores no conflito (Rapoport & Spiegel 2009). O Brasil reagiu ao apoio argentino ao Paraguai aproximando-se da Bolívia. Assim, em 1938, após a vitória paraguaia na guerra, Rio de Janeiro assina uma aliança com La Paz, no qual garantia a integridade territorial desse país, obviamente ante uma possível nova guerra com o Paraguai ou Argentina, e em troca recebia dos bolivianos a concessão de petróleo da região de Santa Cruz. O Brasil ainda se comprometia a construir com recursos próprios a ligação ferroviária de Santa Cruz a Corumbá, como fora proposto por Mário Travassos e pelo General Lima nos anos anteriores (Ostria Gutierrez 1946).

A postura agressiva e independente da Argentina nos anos 1930 e 1940 também permitiu uma aproximação brasileira com os Estados Unidos no período. Enquanto Buenos Aires logrou bloquear todas as tentativas americanas de criação de um bloco hemisférico diplomático e militar, o Brasil adotou uma postura mais próxima de Washington, o que seria o pilar fundamental para a aliança entre esses dois países na II Guerra Mundial. Tal aliança teve um impacto direto no jogo geopolítico regional, pois significou a transferência maciça de material militar e de ajuda econômica ao Brasil, ao mesmo tempo que permitiu ao Rio de Janeiro bloquear todo tipo de auxílio bélico ou financeiro a Buenos Aires durante o conflito (Frank 1979). Ao final da guerra, estava em andamento com financiamento americano o antigo projeto dos militares da Companhia Siderúrgica Nacional, e as Forças Armadas brasileiras contavam com equipamento de ponta, finalmente se equiparando às forças argentinas.

Às iniciativas internacionais correspondeu um processo de consolidação institucional do Exército e da tutela militar na política nacional: em 1932 Góes e os tenentes derrotam os primeiros “Jovens Turcos” na Revolta Paulista, o que abre caminho para a nomeação desse oficial para o Ministério da Guerra dois anos depois. Nesse cargo, o agora general Góes Monteiro institui a Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional, órgão de ligação entre as Forças Armadas e a burocracia civil, um dos pilares da tutela militar sobre os projetos considerados estratégicos dentro do Estado. Os próximos passos de Góes, em articulação com o próprio presidente, foi a posse de um oficial próximo, Eurico Dutra, no Ministério da Guerra, enquanto o próprio Góes, como chefe do Estado-Maior do Exército, articulava o golpe militar que levaria à instituição do Estado Novo em 1937 (McCann 2009; Góes & Coutinho 1956). A ditadura estadonovista consolidou a tutela militar sobre a política nacional. O Estado-Maior do Exército passou a ter representantes em órgãos civis como o Conselho Ferroviário Nacional e o Conselho Rodoviário Nacional e a Comissão de Desenvolvimento Econômico, e foram criadas Seções de Segurança Nacional que se reportavam à Secretaria-Geral do CSN (comandada por um militar) em vários ministérios civis. Finalmente, oficiais do Exército passaram a ocupar cargos na burocracia civil. Estava criado o aparato institucional que permitiria as iniciativas de desenvolvimento econômico pautadas nos requerimentos de defesa.

A ATUAÇÃO ECONÔMICA ESTRATEGICAMENTE MOTIVADA DURANTE A ERA VARGAS

Assim como aconteceu no caso da política externa, no âmbito econômico o golpe de 1937 consolidou a influência militar sobre as questões associadas ao desenvolvimento: o espaço antes ocupado pelos cliques clientelistas quando as oligarquias regionais eram a base do poder do Estado passou a ser dominado por uma burocracia profissional cujo garantidor último era o próprio Alto-Comando. A burocracia na realidade ocupava um espaço político criado pela atuação militar. Essa dependência estrutural da administração com relação ao Alto-Comando se revela na capacidade deste em interferir em rotinas burocráticas centrais, como as decisões sobre comércio exterior, política cambial e financeira e a atividade de planejamento econômico. É, entretanto, nas áreas consideradas decisivas para a segurança nacional que o peso do Alto-Comando seria mais sentido, e teriam papel decisivo: siderurgia, petroquímica e transportes.

A ação estratégico-militar no setor siderúrgico

No caso do aço, como observado na seção anterior, *A Defesa Nacional* já tinha proposto a instalação da indústria siderúrgica nacional como elemento do potencial de guerra. Após a Revolução de 1930, houve presença militar em cada uma das etapas que levaram à implementação do projeto da Companhia Siderúrgica Nacional, finalmente executado entre 1941 e 1946. Assim, em 1931 é criada dentro do Ministério da Guerra a Comissão Nacional de Siderurgia (CNS), presidida pelo capitão Edmundo de Macedo Soares e Silva. Simultaneamente, é instituída no âmbito do Ministério da Viação e Obras Públicas uma comissão para revisar o contrato da Itabira Iron, de Percival Farquhar, empresa que tinha recebido uma concessão para a exploração de minério de ferro em troca da instalação de uma usina siderúrgica em Minas Gerais. A comissão revisora do MVOP, assim como a “Comissão dos Onze” instituída em 1933 sob a égide do Conselho de Segurança Nacional, decidem manter a concessão à empresa de Farquhar. Entretanto, o relatório da CNS de 1934 vai no sentido oposto, propondo uma usina sob controle nacional. Após um interlúdio de alguns anos, em 1938 é instituída uma nova comissão dentro do Conselho Federal de Comércio Exterior (CFCE) integrada pelo Ministro José Carlos Macedo Soares, assim como pelo general Amaro Bittencourt e pelo almirante Ari Parreiras. Essa comissão incorporaria os pontos principais do projeto de 1934 de uma usina com capacidade de 300 mil toneladas, integrada e sob controle nacional. No ano seguinte seria instalada a comissão preparatória do plano siderúrgico nacional, sob presidência do major Macedo Soares, e em 1940 o projeto da CSN teria sua execução iniciada por outra comissão também presidida por esse oficial do Exército (Tronca 1981; Soares e Silva 1998).

A participação militar na implantação da siderurgia, entretanto, é motivo de controvérsia. Para Ítalo Tronca, na realidade o Exército foi um fator de obstrução, e não de promoção, da Companhia Siderúrgica Nacional. De acordo com o autor,

o principal agente do processo teria sido o próprio presidente Vargas, que demonstrou intimidade e interesse para com a questão siderúrgica, como por exemplo a decisão de implantar a Comissão Nacional de Siderurgia em 1931. Além disso, Tronca argumenta que o Exército não tinha posição institucional a favor da indústria siderúrgica, dado que não menciona o tema nos seus relatórios dos anos 1930, e que sua prioridade era comprar armamentos na Europa, inclusive para isso apoiando projetos de exportação de minério de ferro bruto. Dada a ausência de posicionamento oficial, os militares envolvidos no projeto CSN o teriam feito como indivíduos independentes e associados a políticos civis, ou na qualidade de técnicos. O maior desses casos, como não poderia deixar de ser, era o do oficial Macedo Soares. Para Tronca, Macedo Soares seria sobretudo um engenheiro, tendo uma conexão tênue com a instituição militar, inclusive tendo pensado em renunciar à carreira de armas. Ademais, a influência inegável da posição nas etapas finais seria embasada no seu conhecimento técnico, que “ninguém seria capaz de refutar” (Tronca 1981).

Dado o protagonismo de Macedo Soares no projeto siderúrgico, é interessante olhar mais de perto sua trajetória nos anos 1930 para verificar se ele atuava como um técnico isolado ou como um representante da instituição militar. Em 1931, simultaneamente à presidência na Comissão Nacional de Siderurgia, onde era representante do Exército, Macedo Soares integrou a Comissão Militar de Estudos Metalúrgicos. A principal atribuição desse órgão era avaliar a capacidade de mobilização da indústria metalúrgica nacional em caso de guerra. No ano seguinte, o capitão é enviado para confiscar o material bélico das forças paulistas derrotadas na Revolução de 1932. Após essa missão, parte para a Itália, onde aprende tecnologia de produção de bombas aeronáuticas e projéteis de artilharia. De volta ao Brasil é nomeado para a Comissão de Estudos da Indústria Militar Brasileira, tendo como tarefa específica comprar e copiar projéteis de artilharia alemães com o objetivo final de produzi-los no Brasil. Como membro da comissão, Macedo Soares também participa da modernização das fábricas de artilharia do Exército. Já em 1939, vai à Alemanha negociar o projeto da siderúrgica nacional. Durante a viagem, é orientado pelo general Francisco José Pinto, Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional, a ir aos Estados Unidos para negociar o mesmo projeto com os americanos. A transferência do oficial é simultânea à viagem de Góes à Washington, na qual o general acertou os termos da aliança Brasil-EUA (Góes & Coutinho 1956). Uma vez nos Estados Unidos, o major irá contratar uma empresa de consultoria para apoiar o projeto da CSN e integrar a comissão siderúrgica mista Brasil-EUA que supervisionará as atividades de cooperação nessa área (Soares e Silva 1998). As atividades do capitão e depois major Macedo Soares são assim de um oficial plenamente engajado na preparação nacional para a guerra, que, como já vimos, tinha como principal alvo a Argentina.

Macedo Soares não era o único oficial associado à geopolítica platina que participaria das discussões siderúrgicas. A Comissão Nacional de Siderurgia era integrada por Pandiá Calógeras, que prefaciou no mesmo ano a primeira edição de *Projeção Continental do Brasil* de Mário Travassos. Já a Comissão dos Onze diri-

gida pelo Conselho de Segurança Nacional era integrada por Juarez Távora, que foi, junto com todos os demais representantes militares na comissão, voto vencido na decisão do órgão de renovar a concessão à Itabira Iron. Como vimos, a derrota militar foi apenas momentânea, com o projeto final refletindo quase que exatamente a proposta feita pela CNS de Pandiá e Macedo Soares no ano seguinte.

Os outros elementos da argumentação de Tronca sobre a relação entre instituição militar e CSN igualmente não se sustentam. Assim, como aponta McCann (2009), na realidade vários relatórios do Alto-Comando sustentavam a necessidade da implantação da siderurgia. Ademais, a prioridade dada pelo MG e EME à compra de armamento sobre a usina entre 1934 e 1939 é explicável pela forte percepção de que era possível um ataque iminente ao país, e assim armamento pronto era um reforço mais adequado às necessidades de curto prazo. Finalmente, a tese de Tronca de que os militares se preocupavam somente com o controle interno, e usavam apenas como justificativa a questão da segurança nacional, falha em perceber que dentro do paradigma que dominava a instituição no período, referenciado na ideia de Estado Orgânico, a defesa externa era função da coesão interna. Em conclusão, apesar da siderurgia não ter sido a principal prioridade do Exército nos anos 1930 e 1940, foi essa instituição, assim como os órgãos de segurança nacional, fortemente motivados pela noção de ameaça regional que dominava o seu planejamento estratégico no período, os principais promotores da implantação da Companhia Siderúrgica Nacional.

A ação estratégico-militar no setor de petróleo

Da mesma forma que na siderurgia, o crescente poder militar dentro do Estado entre os anos 1930 e 1950 refletiu-se na questão da implantação do setor de petróleo. Após a revolução, assim como tinha acontecido no caso do aço, houve uma disputa entre uma orientação liberal e privada e outra centralizadora e estatal. A primeira vertente foi representada sobretudo por Guilherme Guinle, Glycon de Paiva e Irnack Carvalho do Amaral, que ao mesmo tempo em que se envolviam diretamente na tarefa da prospecção do petróleo pressionavam o governo a permitir que capitais privados, e inclusive estrangeiros, participassem da exploração. Do outro lado se destacavam os tenentes liderados por Juarez Távora, que em 1934 logra, através do Código de Minas e da criação do Departamento Nacional de Produção Mineral, estabelecer o controle estatal da atividade extrativa, inclusive petrolífera, dentro do território nacional (Wirth 1973).

O conflito entre as iniciativas privada e estatal ganharia um novo ator a partir de 1936, o Ministério da Guerra e o Estado-Maior do Exército. A essa altura, o problema do petróleo estava, na perspectiva do Alto-Comando, diretamente associado à segurança nacional em diversas esferas. Em primeiro lugar, o suprimento de combustíveis era essencial em caso de guerra. Para tanto, era imperativo estabelecer a indústria nacional, especialmente a do refino, tendo em vista que o Brasil não tinha jazidas de petróleo comprovadas, e a maior refinaria brasileira tinha participação acionária argentina e uruguaia, os inimigos prováveis no conflito previsto pela

cúpula militar. Um obstáculo para a implantação da indústria petroquímica, por sua vez, era a falta de recursos para investimento no setor devido à fraqueza da arrecadação central do governo. Assim, a questão do petróleo se ligava à luta maior que ocorria naquele período entre o governo federal e os poderes estaduais.

Em segundo lugar, dentro da estratégia de penetração econômica sobre os países platinos, o petróleo tinha papel de destaque, sendo o objetivo central do Brasil acessar a reserva dos Estados-tampões ao mesmo tempo que as negava à Argentina. Nessa dimensão, a arena decisiva era a Bolívia, onde o Brasil passou a ter vantagem devido ao apoio de Buenos Aires ao Paraguai na questão do Chaco, o que permitiu um acordo para a exploração conjunta de petróleo no oriente boliviano, como já mencionado na seção anterior. Ocorre que, pelos termos do acordo, o Brasil precisaria importar e refinar o petróleo importado da Bolívia por conta própria, sem terceirizar a tarefa para empresas internacionais. Por detrás da exigência boliviana estava o medo de um retorno à dependência da Standard Oil, cujas concessões os bolivianos tinham cassado em 1936 (Wirth 1973).

É dentro dessa situação geopolítica que se inserem os projetos para o setor petrolífero do general Horta Barbosa. O general era, entre 1937 e 1939 o vice-chefe do Estado-Maior do Exército, sob comando direto de Góes Monteiro. Em 1938, logo depois que as negociações com a Bolívia levam ao compromisso brasileiro de refinar o petróleo do país por conta própria, Barbosa envia a Góes um projeto de criação de uma autarquia federal para exercer o monopólio da petroquímica no Brasil, o Conselho Nacional do Petróleo. A CNP deveria prospectar o petróleo, explorá-lo e refiná-lo em unidades próprias, garantindo que o Brasil honrasse os compromissos com a Bolívia (e assim excluindo os trustes internacionais), e reinvestiria os lucros obtidos, evitando seu desvio por empresários sem compromisso público. Finalmente, o CNP seria financiado pela instauração de um imposto único federal sobre combustíveis, centralizando assim a renda tributária no plano nacional em detrimento dos estados. O imposto único ainda financiaria outra preocupação central do Exército, a criação de um sistema rodoviário nacional, quebrando os regionalismos e permitindo a concentração de forças nas fronteiras para o combate à possível invasão externa (Wirth 1973). O projeto do CNP assim contribui para a estratégia econômica (articulação com a Bolívia), militar (concentração nas fronteiras) e política (quebra dos regionalismos) de defesa contra a Argentina e obtenção da supremacia continental.

Dadas as vantagens dentro da estratégia nacional, o projeto foi rapidamente encampado por Góes Monteiro, que o levou a Vargas. O presidente era favorável às iniciativas privadas levadas a cabo por Guinle, com quem tinha fortes conexões políticas e pessoais. Porém, diante da posição do Exército, resolveu apoiar o projeto de Barbosa. Como colocou o próprio presidente em sua resposta a Góes: “Se é isso que você deseja, vou assiná-lo”. O primeiro presidente do CNP será o próprio Barbosa, que no seu primeiro ato cassa a participação argentina e uruguaia na refinaria Ipiranga, no Rio Grande do Sul (Góes e Coutinho 1956; Wirth 1973).

A estatização do setor petroquímico não foi unanimidade desde o início. Além da oposição no CFCE, tanto o DASP quanto o Ministério da Fazenda defendiam

que o ideal seria estimular as refinarias privadas. Até 1943 o CNP, apoiado pelo Ministério da Guerra, resistiu às pressões. Nesse ano, todavia, o general Horta Barbosa foi transferido para um Comando Militar, e no seu lugar assumiu o coronel João Carlos Barreto, mais favorável ao setor privado. Dentro do próprio Estado-Maior do Exército o liberalismo ganhou força, dado que a vice-chefia do órgão, antes ocupada por Barbosa, agora era responsabilidade de Juarez Távora, defensor da abertura do setor petrolífero ao capital estrangeiro. A reversão da posição estatista de Távora dos anos 1930, e do próprio Estado-Maior, eram de ordem hemisférica. O EME avaliava que o Brasil poderia ser um fornecedor de petróleo para a defesa do continente, e a contribuição brasileira poderia ser tão maior quanto mais rápida fosse o início da extração. Julgava-se que a abertura para o capital estrangeiro levaria a grandes investimentos no setor, como aqueles previstos pela Missão Abbink. Apesar da visão positiva do investimento externo, o EME sustentava em 1947 que era necessário tomar precauções contra os trustes estrangeiros, o que poderia ser feito controlando o transporte e comercialização do petróleo. O Exército ainda defendia que a nacionalização progressiva do setor deveria ser a meta de longo prazo².

A preocupação com o domínio dos trustes também era o motivo de Horta Barbosa defender a nacionalização do setor, pois em outros países as companhias de petróleo tinham se constituído em verdadeiros Estados paralelos, inclusive empregando guardas armadas. A visão de Barbosa entrou em conflito com a perspectiva mais liberal de Távora dentro dos debates no Clube Militar. Os defensores da posição nacionalista organizariam em seguida o Centro de Estudos e Defesa do Petróleo, que inicia suas atividades chefiado por Horta Barbosa. O Centro seria o núcleo da Campanha do Petróleo É Nosso, que mobilizaria amplos setores militares e civis em prol da nacionalização do setor, entre eles a UNE e o PCB. Entretanto, apesar da mística nacionalista que passou a cercar o movimento, e o projeto da Petrobras, na realidade os defensores da solução estatal não eram, pelo menos nesse momento, também apoiadores de uma política externa alternativa ao alinhamento com os Estados Unidos. Assim, Barbosa argumentou em 1947 que a estatização seria a melhor forma do Brasil apoiar a defesa hemisférica, e seu vice-presidente no CEDP era o general Estevão Leitão de Carvalho, ex-presidente da Comissão Militar Mista Brasil-EUA e um entusiasta da aliança entre os dois países (Wirth 1973 McCann 1973).

Enquanto Barbosa liderava os esforços públicos pela solução estatal, dentro da administração ocorria uma luta interna entre os liberais e os estatistas. Em 1946 o CNP aprovou a licença para construção de duas refinarias privadas, uma em Manguinhos e outra em Catanduva, a Refinaria União. O último projeto, que tinha como acionistas parentes do ministro da Fazenda, Pedro Luís Corrêa e Castro, não conseguiu levantar os recursos para a implantação da usina, e seus representantes

² General Milton de Freitas Almeida. Ofício Numero 34-D do Chefe do EME ao Ministro da Guerra (Secreto). Rio de Janeiro, 19 junho 1947. Fundo EMFA, Arquivo Nacional.

fizeram um pedido junto ao CNP para apoio na forma de um crédito do Banco do Brasil em moeda estrangeira. A petição tinha o apoio do Ministério da Fazenda. Entretanto, o CNP operava sob supervisão da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional, comandada pelo general João Valdetaro Amorim Melo, que se coloca contra a concessão de crédito público, ou de divisas do Banco do Brasil, para o empreendimento. Ocorre que o general tinha seus próprios planos para os recursos em questão: o projeto do CNP e do CSN, incluído no Plano SALTE, de implantação de uma usina estatal com capacidade de 45 mil barris diários a ser instalada na cidade de Cubatão³. Sabendo disso, o Ministério da Fazenda buscou o apoio do presidente para obstruir o projeto da refinaria de Cubatão, sem sucesso (Wirth 1973). Dutra acaba apoiando o projeto estatal formulado pela Secretaria-Geral do CSN, que se tornaria a primeira refinaria da Petrobras quando inaugurada em 1955 (Wirth 1973).

Quando Vargas assume a presidência em 1951, já existe assim uma dinâmica dentro e fora do governo no sentido de uma solução estatal para o setor de petróleo. O apoio a essa linha existia mesmo nos segmentos de oposição ao governo. Assim, a UDN de Távora e Eduardo Gomes rejeitou a proposta presidencial de uma companhia na forma de *holding* e que admitia a participação limitada do capital privado no negócio do petróleo, apresentando substitutivo que previa o monopólio estatal integral. Ao mesmo tempo que apoiava a nacionalização, a UDN saudava a Cruzada Democrática, chapa de oposição ao governo no Clube Militar e que derrotou nas eleições de 1952 os candidatos da “ala nacionalista” apoiados pelo ministro da Guerra, Estillac Leal (Wirth 1973). Finalmente, depois de criada, a Petrobras seria presidida por militares associados à UDN, como Juracy Magalhães e Idálio Sardenberg, esse último também fundador da Escola Superior de Guerra.

A ação estratégico-militar no setor de transportes terrestres

A terceira área básica para o desenvolvimento nacional que recebeu impacto direto do conflito geopolítico platino foi a infraestrutura de transportes. A referência para o Alto-Comando nesse ponto foram as experiências da I e II Guerras Mundiais, nas quais a infraestrutura de transportes foi essencial para permitir as concentrações de forças que levaram às vitórias alemãs. Além da mobilidade e suprimento da tropa, os transportes eram essenciais para o abastecimento da população civil e a mobilização industrial para a guerra⁴.

O foco da política estratégica de transportes elaborada pelo Exército eram os

³ O parecer negativo sobre o projeto da Refinaria União consta do “Ofício do Secretário-Geral do CSN ao Presidente da República referente ao Processo 116/1949 (Secreto)”. Rio de Janeiro, 08 março 1949, pp. 220-228. Fundo Conselho de Segurança Nacional, Arquivo Nacional. Sobre o Plano da Refinaria Estatal em Cubatão ver Ofício do Secretário-Geral do CSN para o Ministro das Relações Exteriores de 31 agosto 1949, p. 320. Fundo CSN, Arquivo Nacional.

⁴ Estado-Maior do Exército. Política Estratégica de Vias de Transporte (Secreto). Rio de Janeiro, 1949. Fundo EMFA, Arquivo Nacional.

Teatros R (Sul) e Oeste (W) que constituíam o alvo prioritário do poder argentino e também a potencial base para a superação do antagonismo platino tal como descreveu Travassos. O problema do ponto de vista brasileiro era que nos anos 1930 e 40 só existiam duas ligações com os dois teatros prioritários, a ferrovia São Paulo-Rio Grande e a ferrovia São Paulo-Porto Esperança/Corumbá. Ao mesmo tempo, a superioridade naval argentina significava que seria necessário que os transportes terrestres fossem o principal meio de mobilidade estratégica: a Marinha não tinha como proteger as rotas marítimas ou mesmo o litoral dos ataques argentinos, e essa situação tendia a continuar assim devido ao alto custo dos meios navais. Ademais, devido ao controle do Prata pelo adversário, somente vias terrestres poderiam permitir a infiltração no Paraguai e na Bolívia.

O primeiro movimento para a melhora do sistema de transportes no sentido pretendido pelo Exército foi a criação do Plano Nacional de Viação de 1934 por Mário Travassos prevendo a implantação dos eixos ferroviários São Paulo-Porto Esperança e São Paulo-Santa Maria (Tronco Principal Sul). Nos anos 1940, esses meios foram considerados insuficientes para atender às necessidades estratégicas, que pediam a concentração em vinte dias de duas divisões de infantaria na região Sul e o envio de 6.500 toneladas diárias de suprimento para esse teatro de operações⁵. Para suprir esse e outros requerimentos estratégicos requeria-se um reforço geral do sistema de transportes dentro do sul do país e entre o sul e o sudoeste. As prioridades dentro do plano elaborado pelo EME em 1947 seriam a BR-1 (Rio-São Paulo), a BR-2 (São Paulo-Curitiba), BR-59 (Curitiba-Santa Maria), BR-35, (Foz do Iguaçu-Paranaguá) e BR-37 (Porto Alegre-Uruguaiana). As três primeiras seriam responsáveis pelo transporte e abastecimento das forças entre o sudeste e o sul, enquanto que as duas últimas permitiriam a concentração de forças na fronteira⁶. A BR-35, por sua vez, permitiria ao Paraguai uma alternativa ao porto de Buenos Aires, como Travassos e o Relatório de 1936 do General Waldomiro Lima já previam.

Para executar os projetos estratégicos previstos pelo EME seria preciso então prover o planejamento, o financiamento e o suporte institucional para a implantação das ligações estratégicas. Nessa tarefa, o Exército enfrentaria a oposição dentro da própria burocracia federal. O primeiro passo foi dado em junho de 1943 quando é criada a comissão de estudos do plano rodoviário nacional, na qual também é determinada a execução do plano em abril de 1944. Os trabalhos da comissão foram lentos devido à falta de interesse dos integrantes, o que leva o EME a organizar uma subcomissão com os “membros mais assíduos”. Em outubro do ano seguinte, a subcomissão leva suas propostas à Comissão de Desenvolvimento Econômico, lotada na SG-CSN e que contava com um representante do Exército. No mesmo mês, todavia, o Ministério da Viação decide pela formação

⁵ Estado-Maior do Exército, Relatório Anual de 1944. Rio de Janeiro. 1945. Arquivo Histórico do Exército.

⁶ Estado-Maior do Exército. Política Estratégica de Vias de Transporte (Secreto). Rio de Janeiro, 1949. Fundo EMFA, Arquivo Nacional.

de uma nova comissão, que não conta com a confiança do EME, o que leva o Exército a enviar a questão diretamente para o Conselho de Segurança Nacional. O CSN apoia o Exército na disputa com o Ministério da Viação, acarretando a formação de uma nova comissão indicada pelo EME para administrar o plano de transportes do governo⁷.

Essa comissão apoiada pelo Estado-Maior finalmente elabora o projeto do Decreto-Lei 8463 de 27 de dezembro de 1945, que prevê uma série de dispositivos reivindicados pelo Exército. Em primeiro lugar, a Lei dá ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) autonomia administrativa e financeira, e centraliza nele a tarefa de construção, manutenção e policiamento das rodovias do Plano Rodoviário Nacional. Essas seriam implantadas em um plano quinquenal que teria como prioridades os troncos de articulação nacionais. Tudo isso seria financiado por um Fundo Rodoviário Nacional com recursos extraídos do imposto único sobre combustíveis instituído pela Lei 2615 de 1940 derivada do projeto do general Horta Barbosa. Finalmente, todo o arranjo seria gerido por um Conselho Rodoviário Nacional, onde o EME teria um representante com direito a vetar quaisquer decisões do órgão que comprometessem a segurança nacional. A vitória do Exército na disputa interburocrática permite que o relatório do EME de 1945 sobre o plano estratégico de vias de transporte seja bastante direto sobre quem controla a política da área: “A realização da política proposta pelo EME caberá ao Ministério da Viação. O Ministério da Guerra, entretanto, por indicação do EME, deverá indicar a prioridade dos objetivos a serem atingidos”⁸.

CONCLUSÃO

A literatura aponta um conjunto de variáveis para explicar o desenvolvimentismo brasileiro que ocorreu entre os anos 1930 e 1970 do século passado. As duas principais correntes explicativas apontam que esse fenômeno seria resultado do choque externo e da limitação da capacidade para importar, ou então que foi a emergência de uma burguesia industrial a principal responsável pelo processo. Na questão do pensamento que levou ao desenvolvimentismo, presume-se que este é pautado pelos debates no campo econômico, como mais ou menos intervenção do Estado, mais ou menos protecionismo, entre outros. Neste artigo buscou-se demonstrar que as variáveis geoestratégicas ligadas à secular disputa entre Brasil e Argentina no Cone Sul foram elementos decisivos para a formação das ideias e dos projetos de desenvolvimento durante os primeiros anos do ciclo desenvolvimentista brasileiro, entre os anos 1930 e 1940.

⁷ Estado-Maior do Exército. Relatório Anual de 1945. Rio de Janeiro, 1946. Arquivo Histórico do Exército.

⁸ Estado-Maior do Exército. Política Estratégica de Vias de Transporte (Secreto). Rio de Janeiro, 1945. Fundo EMFA, Arquivo Nacional.

A rivalidade Brasil-Argentina que se inicia quando da independência dos dois países no começo do século XIX chega a um ponto crítico no começo do século XX do ponto de vista brasileiro, dado que a essa altura o rival detinha uma superioridade econômica e militar no Cone Sul. A reação mais importante a esse estado de coisas foi um esforço dos militares brasileiros em reformarem o Exército, para isso enviando oficiais para treinamento na Alemanha. Alguns desses oficiais criaram e geriram a revista *A Defesa Nacional*, que se converteu em ponto focal para a reforma do Exército nas décadas de 1910 e 1920. Sempre tendo como parâmetro a ameaça argentina, os militares associados à ADN, também chamados de “Jovens Turcos”, não se limitaram a questões puramente militares: inspirados pelo paradigma de Guerra Total aprendido na Alemanha, os oficiais brasileiros propuseram a criação de um Estado centralizado, tutelado pelas Forças Armadas e comprometido com a criação de um parque industrial completo e autárquico no país.

Os “Jovens Turcos” estiveram presentes direta e, através dos tenentes por eles influenciados ideologicamente, também indiretamente na Revolução de 1930, no combate aos paulistas em 1932 e na instituição do Estado Novo em 1937. Esses movimentos consolidaram o Exército como instituição coesa em torno do projeto de modernização geopoliticamente orientado formulado nas décadas anteriores. O Exército então se converteu, sob pressão direta da competição regional com a Argentina, no maior patrocinador dentro do governo dos projetos de instalação da indústria siderúrgica e da indústria petroquímica e dos investimentos rodoviários. As pressões militares no sentido da promoção do desenvolvimento econômico eram materializadas tanto em gestões junto a Vargas baseadas no fato dos militares serem seus maiores garantidores, quando por canais institucionais entre o Alto-Comando militar e a burocracia civil, como o Conselho de Segurança Nacional e os representantes militares nos órgãos federais. A rivalidade geopolítica regional foi, assim, adicionalmente às demais variáveis políticas e econômicas internas e externas, um fator para o surgimento e evolução do Estado desenvolvimentista e da industrialização brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BANDEIRA, L.A.M (2010). Brasil, Argentina e Estados Unidos. Conflito e Integração na América do Sul. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- BIELSCHOWSKY, R. (1988). Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento. IPEA/INPES, Rio de Janeiro.
- BURNS, B (1966). The unwritten alliance: Rio-Branco and Brazilian-American relations. New York, Columbia University Press.
- CARDOSO, FH & FALETTO, E. (1969:2004). Dependência e Desenvolvimento na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- CENTENO, M.A (2002). Blood and Debt: war and the nation-state in Latin America. University Park: The Pennsylvania State University Press.
- COELHO, E.C (2000). Em Busca de Identidade: O Exército e a política na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Record.
- CREVELD, M (1991). The Transformation of War. New York: Free Press

- DORATIOTO, F (2014). O Brasil no Rio da Prata (1822-1994). Brasília: FUNAG.
- DRAIBE, S (1985). Rumos e Metamorfoses. Estado e Industrialização no Brasil: 1930 a 1960. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- ERTMAN, T (1997). Birth of the Leviathan. Cambridge: Cambridge University Press.
- FIORI, J.L.C (2004). Formação, Expansão e Limites do Poder Global. In: O Poder Americano. Petrópolis: Vozes.
- FIORI, J.L.C (2007). O Poder Global e a Nova Geopolítica das Nações. São Paulo: Boitempo.
- FIORI, J.L.C (2008). O Mito do Colapso do Poder Americano. Rio de Janeiro: Record.
- FIORI, J.L.C (2014). História, Estratégia e Desenvolvimento: Para uma Geopolítica do Capitalismo. São Paulo: Boitempo.
- FONSECA, P.C.D. (2012). “Gênese e Precusores do Desenvolvimentismo no Brasil”. In: Bastos, P.P.Z & Fonseca, P.C.D. Eds. Era Vargas: Desenvolvimentismo, Economia e Sociedade. 1ed. São Paulo: Unesp, p. 21-49.
- FRANK, G (1979). Struggle for Hegemony Struggle for hegemony in South America: Argentina, Brazil, and the United States during the second World War. Coral Gables, Fla. : Center for Advanced International Studies, University of Miami, 1979.
- FURTADO, Celso. (1958:1963). Formação Econômica do Brasil. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1963.
- GERSCHENKRON, A (1962). Economic Backwardness in Historical Perspective, A Book of Essays, Cambridge, Massachusetts, The Belknap Press of Harvard University Press
- GOES MONTEIRO, P.A & COUTINHO, L (1956) O General Góes Depõe. Rio de Janeiro: Coelho Branco.
- GOES MONTEIRO, P.A (s.d). A Revolução de 30 e a finalidade política do Exército. Rio de Janeiro, Adersen.
- GRAVIL, R (1985). The Anglo-Argentine Connection, 1900-1939. Boulder e Londres: Westview Press.
- HAMILTON, A (1791). The Report on Manufactures. Washington: Estados Unidos.
- HEINSFELD, A. (2015) A Geopolítica do Barão: As Ações de Rio Branco e seus reflexos na Argentina. Curitiba: Prismas.
- HONIG, J.W. (2011). “The Idea of Total War: From Clausewitz to Ludendorff”. In.: The Pacific War as Total War: Proceedings of the 2011 International Forum on War History, pp. 29-41. Tokyo: National Institute for Defence Studies.
- LIST, F (1841:1983). Sistema Nacional de Economia Política. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- MCCANN, F. D (1973) The Brazilian-American Alliance. 1937-1945. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1973.
- MCCANN, F.D.(2009) Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro 1889 –1937. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora.
- OSTRIA GUTIERREZ, A (1946). Una obra y un destino, la política internacional de Bolivia después de la guerra del Chaco. Buenos Aires, Editorial Ayacucho.
- PADULA, R, & FIORI, J.L. (2019). Geopolítica e Desenvolvimento em Petty, Hamilton e List. Brazilian Journal of Political Economy, 39(2), 236-252. Epub May 02, 2019. <https://dx.doi.org/10.1590/0101-35172019-2905>
- PETTY, W. Obras Econômicas. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- RAPOPORT, M & SPIGUEL, C (2009). Relaciones tumultuosas : Estados Unidos y el primer peronismo. Buenos Aires : Emecé.
- RASLER, K & THOMPSON, W .R (2012). War Making and the Building of State Capacity: Expanding the Bivariate Relationship. Encontro da International Studies Association. San Diego, EUA.
- SMITH, A. (1776:1988). A Riqueza das Nações: investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Nova Cultural.
- SMITH, J. (1991) Unequal giants: diplomatic relations between the United States and Brazil, 1889-1930. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press.
- SOARES E SILVA, E.M. (1998) Um construtor do nosso tempo: depoimento ao CPDOC / Lucia Hipolito e Ignez Cordeiro de Farias (Organizadoras). Rio de Janeiro: Fundação CSN.172p.

- SODRÉ, N.W. (1967). História da burguesia brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- TAVARES, M.C. (1963). “Auge e Declínio do Processo de Substituição de Importações”. In: M.C. Tavares, 1972. Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- TILLY, C (1996). Coerção, Capital e Estados Europeus. São Paulo: Ed Unesp.
- TRAVASSOS, M (1938). Projeção Continental do Brasil. Rio de Janeiro: Editora Nacional.
- TRONCA, I. (1981). “O Exército e a industrialização: entre as armas e Volta Redonda (1930-1942)”. In: FAUSTO, Boris (org.). História geral da civilização brasileira. Tomo III: O Brasil republicano. São Paulo, Difel.
- WEBER, M. (1999). Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva. V.2. Brasília: Editora Unb, 1999.
- WEFFORT, F (1978). O Populismo na Política Brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- WIRTH, J. (1973). A política do desenvolvimento na era de Vargas. Rio de Janeiro: FGV
- VIEIRA, R. Z (2015). Os Profetas Armados: Geopolítica e Pensamento Militar nas Origens do Desenvolvimentismo Brasileiro. OIKOS (RIO DE JANEIRO), v. 14, p. 05.

